

GEOGRAFIA HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA: ACERCA DO MITO DAS “ÁREAS PROIBIDAS” *

Patrício A. S. Carneiro¹
Rafael E. S. Matos²

Resumo

Na literatura histórica e econômica criou-se o mito de que a ocupação da região da Mata mineira só ocorreu no decorrer das últimas décadas do século XVIII, devido à crise da mineração e ao afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento desse espaço, conhecido como “áreas proibidas”, e ao longo do século XIX, com a introdução da atividade cafeeira. Todavia, já nos primeiros tempos da descoberta do ouro, a Mata, localizada na borda dos principais distritos mineradores, foi um espaço instável, dinâmico, marcado por surtos variáveis de desbravamento e de ocupação territorial.

Palavras-Chave: Geografia Histórica, Zona da Mata Mineira, Áreas Proibidas, Desbravamento e Ocupação, Período Colonial.

Sessão: 1. História Econômica e Demografia Histórica: a formação do espaço econômico.

* Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado do primeiro autor (*Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835*), defendida sob a orientação do segundo autor.

¹ Mestre em Geografia pelo IGC/UFMG. Doutorando em Geografia pelo IGC/UFMG. Especialista Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Email: patricios@ambiente.sp.gov.br

² Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

GEOGRAFIA HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA: ACERCA DO MITO DAS “ÁREAS PROIBIDAS”

I. Introdução

A formação regional da Mata foi explicada, na maioria das vezes, por fatores e processos externos, centrados na região da mineração ou, exclusivamente, na economia cafeeira. A maior parte dos estudos, clássicos e recentes, ditos regionais, é fragmentada: encaram o recorte territorial como uma unidade homogênea e generalizam a análise de uma parcela pouco significativa de municípios para a base regional³. Vários autores, equivocadamente, consideram alguns municípios da Mata como representativos de toda região no que diz respeito à mão-de-obra (escrava), ao espaço agrário (latifúndio), ao produto agrícola (monocultura do café) e às características socioeconômicas. Conferem ênfase excessiva à cafeicultura como a grande responsável pelo desbravamento e povoamento da região.

As investigações sobre os municípios da parte sul da Mata (vale do Paraibuna) são abundantes. O contrário ocorre com os municípios das partes central (vale do Pomba) e norte (vale do Doce). Aquelas análises são válidas, mas é inadmissível generalizá-las para o recorte regional⁴. Por exemplo, alguns estudos que enfocam Juiz de Fora no período imperial propagam para a Mata a visão de um espaço agrário caracterizado pelo predomínio do latifundiário escravista monocultor, proprietário de fazendas de vasto sobrado, quase sempre de dois pavimentos, grande número de janelas envidraçadas, dezenas de amplos quartos e varandas espaçosas. Este padrão, todavia, é carente de fundamento nas partes central e norte da região, haja vista a preponderância histórica de uma formação social camponesa⁵. É necessário superar essa generalidade histórico-geográfica e desvendar as diversas espacialidades e temporalidades geradas e acumuladas pela *região*, não por um recorte específico. Neste sentido, a evolução temporal e, principalmente, espacial da Mata ainda está em construção.

No período colonial, a imagem que os governantes de Minas Gerais difundiram acerca do leste da capitania (e a economia e a historiografia mineira e paulista reproduziram) foi a de uma área natural, intocada pelo homem branco e habitada por indígenas pouco afeitos à civilização. No entanto, já nos primórdios da descoberta do ouro, o leste foi um espaço instável, com surtos variáveis de ocupação territorial após o deslocamento da fronteira pelos colonos. A sua posição geográfica, borda da região mineradora, conferiu-lhe a condição de porta obrigatória de passagem para o deslocamento de algumas frentes pioneiras. Uma região em contínua formação cuja característica principal foi a instabilidade e o surto demográfico crescentes.

A construção mental da Mata como fronteira ainda sob o domínio da natureza, do “gentio” ou de feras, notável na cartografia da época, pode ter sido um dos principais entraves a dificultar ou, até mesmo, retardar o povoamento, como de fato aconteceu em algumas áreas, mas não a *barrar* o avanço e a ocupação. A visão de um mundo desconhecido entre os colonizadores criou o fascínio pela riqueza fácil e imediata e seduziu aventureiros ávidos ao deslocamento da fronteira. Os

³ Exceção deve ser feita a três importantes trabalhos. O primeiro, empreendido pela geógrafa Elza Coelho de Souza em 1951 que, baseando-se nas características da estrutura agrária e demográfica, propôs uma diferenciação da área hoje compreendida pelas regiões Zona da Mata e Rio Doce em três “zonas”: Sul, Central e Norte. O segundo, efetuado pelo geógrafo Orlando Valverde em 1958, que apresentou dez “tipos de paisagens” para a Mata. O terceiro, fruto da dissertação de mestrado do historiador Angelo Alves Carrara em 1993, que criticou a historiografia por tomar a Zona da Mata como uma unidade econômica durante o Império e a Primeira República e propôs a distinção da área em três “sub-regiões”: Sul, Central e Norte. Para consultar as referências completas, ver a bibliografia.

⁴ Carrara (1993, p.29) já havia ressaltado que “a consideração usual de que Juiz de Fora é a ‘cidade pólo’ da região ou a utilização de obras sobre Juiz de Fora como representativa de toda a Mata” [...] contribuiu “para as generalizações”.

⁵ No contexto atual, é possível encontrar em municípios da parte norte, a exemplo de Cipotânea, Rio Espera, Presidente Bernardes, Piranga, Guaraciaba, Ponte Nova, Viçosa etc, vestígios de imponentes fazendas dos séculos XVIII (Figuras 6 e 7) e XIX que possuem as características citadas. Mas, no espaço agrário citado, à época mencionada, elas compuseram muito mais a exceção do que a regra. Maiores detalhes da formação social camponesa na parte norte da Mata são encontrados em Carneiro (2008).

bandeirantes tinham a convicção de que lá se encontrava a fortuna: índios predestinados ao cativeiro (prontos para serem preados) e minas resplandecentes (prontas para serem apropriadas).

A região da Mata foi moldada à revelia da legislação proibitiva que instituiu as “áreas proibidas” e impediu a abertura de novos caminhos nas áreas não povoadas da capitania. As falhas no sistema da administração colonial, as políticas mal concebidas e inconsistentes da Coroa em relação à colônia, a falta de flexibilidade na implementação de ordens, o amplo sistema regulador e o malogro em reconhecer o caráter singular do Brasil contribuíram para que alguns dos instrumentos normativos impostos pela Metrópole se tornassem frágeis. O próprio incentivo à comercialização da produção agrária pelos lavradores e as concessões de sesmarias, as quais legitimaram petições de terras apossadas ou compradas, contribuíram para impulsionar o processo de incorporação territorial.

As deficiências de controle pela Coroa corroboraram para a gestação de uma “cultura de evasão”, resultante também do caráter particular das áreas periféricas e fronteiriças. A fragilidade da autoridade colonial podia ser apreendida na burla dos registros do ouro, na recusa do pagamento do quinto real, na ocupação de áreas vedadas pelos colonos etc. A conquista e a incorporação dos *matos do leste* ao longo do século XVIII, quando esses espaços estavam proibidos por decreto Real, comprova a dificuldade do poder metropolitano em normalizar e restringir a produção de parte do espaço colonial, notadamente das áreas vedadas.

II. Os Sertões do Leste como “Área Proibida”

No período colonial existiam vários sertões na Capitania de Minas Gerais. Na percepção dos moradores das vilas de São José e São João Del Rei, os sertões eram os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás. Em Borda do Campo, as escarpas da Mantiqueira. Na Comarca de Sabará, o médio São Francisco. E na de Vila Rica, as florestas do rio Doce (SOUZA, 1998 *apud* RODRIGUES, 2003, p.256).

No leste da capitania mineira, onde se insere a atual região da Zona da Mata e parte da do Vale do Rio Doce, as faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes formavam um espaço genericamente conhecido como *áreas proibidas* ou *sertão do leste*. Em termos de localização, abrangia os seguintes conjuntos com suas respectivas divisas: a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois estendia-se até os limites litigiosos na divisa entre as Capitâncias de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale da bacia do rio Paraíba. No centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, no vale do rio Pomba⁶.

O marco temporal de ocupação dos sertões do leste ou da Zona da Mata na literatura em geral tem sido a segunda metade do século XVIII e, principalmente, o início do XIX. Castro (1987, p.41, 43 e 67), por exemplo, relatou que a área referida conservou-se em “estado absolutamente primitivo, independente e segregado”, até o fim do Dezoito. Para Mercadante (1973, p.22 e 25), a Mata era desconhecida até a terceira metade do século XVIII. “Vista do litoral, pareciam-lhe impenetráveis os sertões”. Apesar da proximidade com a costa, “a ocupação não se fizera”. O fascínio exercido pelo ouro sobre as pessoas e a inexistência do metal na área, a restrição imposta pela administração colonial à ocupação de espaços não povoados, com o intuito de combater os possíveis descaminhos do ouro, a barreira natural formada de matas impenetráveis e de tribos indígenas e a política do Reino que visava impor a especialização produtiva na extração do ouro teriam sido os motivos norteadores do povoamento tardio.

⁶ Alguns detalhes da cartografia da área podem ser consultados nos mapas das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, confeccionados, em 1778, por José Joaquim da Rocha. Ver a referência completa na bibliografia.

Para o geógrafo Valverde (1958, p.25), a Mata “permaneceu como terra sem história, uma área anecúmena até o limiar do século XIX”, devido a razões naturais, densa cobertura florestal e população indígena, e políticas, restrição da Coroa Portuguesa que procurou “manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo, terminantemente, a penetração nela e a abertura de atalhos” para impedir o descaminho do ouro. Do mesmo modo, Iglésias (1972, p.374) enfatizou que no “decorso do século XVIII não foram feitas grandes incursões do litoral para o interior nem do centro mineiro para o litoral”. A Coroa teria evitado a construção de estradas com receio do descaminho do ouro. “Daí ser mantida, a leste da área explorada, enorme faixa florestal, em que se refugiou o índio que evitava o contato com o colonizador”.

Opinião semelhante é a de Blasenheim (1982, p.16-17 e 21), ao se apoiar na vegetação natural e na presença do indígena para explicar a ocupação tardia da Mata. Segundo esse autor, após a descoberta do ouro no centro de Minas por volta de 1690, a Coroa se viu determinada a manter a Mata como uma “terra sem homens”. Promulgou vários decretos a fim de prevenir o contrabando nas minas de ouro, proibindo concessões de terra aos colonos nas áreas de floresta ao sul de Ouro Preto. A cobertura florestal teria impedido os esforços de expedições militares enviadas de Ouro Preto para pacificar os indígenas que habitavam a área em meados do século XVIII. Ou melhor, “a Coroa emprestou apenas suporte indiferente a estas expedições”. Os índios eram “inconscientes aliados do regime que proibiu a distribuição de sesmarias na Mata”. E suas características hostis, tanto entre as tribos rivais quanto em relação aos portugueses, fez da zona uma “área inóspita” para a colonização. A Coroa usou esta “inimizade” para sua “própria vantagem”⁷.

O isolamento da Mata, para a grande maioria dos autores, só foi quebrado após o declínio da mineração. Aguiar (2003, p.25) ressaltou que a partir da segunda metade do setecentos, “com o declínio das jazidas auríferas da região mineradora, levadas cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para o ‘leste selvagem’”. Na opinião de Blasenheim (1982, p.17 e 23), a “exaustão das Minas” induziu a Coroa a revogar, em 1805, a necessidade de manter a muralha natural das densas matas contra os invasores e a proibição das concessões de terra. Vários decretos foram criados para subjugar e cristianizar os índios, bem como para prescrever, oficialmente, as concessões de sesmaria⁸. Para vários autores, com a crise da mineração, o padrão do movimento migratório que passou a predominar em Minas foi centrífugo, ou seja, do centro para a periferia, no qual famílias proeminentes do centro teriam retornado às margens dos caminhos para São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, as condições naturais ofereciam grandes dificuldades em função da topografia e do espesso manto florestal e a população fixou-se no norte da província do Rio (PRADO JÚNIOR, 1977, p.75-78; CASTRO, 1980, p.29-30; BLASENHEIM, 1982, p.24).

O deslocamento dos geralistas, conforme autores citados, se processava, mas “contornando as áreas proibidas” em direção ao litoral cujo desenvolvimento agrícola se intensificava devido ao “surto cafeeiro”. “Célebre ficaria no planalto de Minas a expressão: foi para a Mata do Rio (MERCADANTE, 1973, p.22 e 25)”. “Não bastou ser suspensa a interdição sobre a Zona da Mata para que ela se tornasse uma zona pioneira”, mas “faltava ainda a mola econômica, representada pelo surto cafeeiro, que iria desencadear o maior movimento pioneiro jamais realizado em terras de Minas Gerais (VALVERDE, 1958, p.27)”. Para a maioria dos autores, a ocupação do sul da Mata proveio de Minas, mas pela província do Rio (BLASENHEIM, 1982, p.24) e teve uma direção geral para nordeste (VALVERDE, 1958, p.27)⁹.

⁷ Em perspectiva semelhante se insere o recente trabalho de Aguiar (2003, p.25), ao empreender importante estudo do processo de ocupação luso-brasileira do leste de Minas Gerais. De acordo com este autor: “Toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região Jequitinhonha-Mucuri-Doce permaneceu incólume a uma ocupação promovida de forma sistemática e intensiva durante todo o período áureo da mineração [...] A região funcionava como ‘barreira verde’ para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa”.

⁸ Friedrich E. Renger, um dos tradutores do relato de Eschwege (2002), ressaltou como nota de rodapé à página 67 que teria sido Guido Thomaz Marlière, no princípio do século dezenove, o responsável pela criação das “bases da colonização da Zona da Mata mineira”.

⁹ Na Conceção de Valverde (1958, p.27), o movimento de expansão da fronteira do café na Zona da Mata “é mais do que gêmeo, é xifôpago do que se verificou no médio Paraíba. Tem com este ligações espaciais – regiões contíguas; históricas – na mesma época: a partir da década de 1830; econômicas – o mesmo produto comercial: o café, a mesma

Do “sertão inculto surgiram”, então, para os autores mencionados “as grandes fazendas de café (CASTRO, 1987, p.41, 43 e 67)”. E, a promessa de novos impostos gerados pela exportação desta cultura estimulava a abertura da área pela Coroa (BLASENHEIM, 1982, p.17). Apesar da introdução de outras atividades econômicas como a criação de gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo e de algodão no início do século XIX, visando “quebrar o isolamento das terras centrais” e “dar vitalidade ao sertão (IGLÉSIAS, 1972, p.364 e 374; ABREU, 1976, p.147)”, teria sido o café a “grande força” que, na entrada do século, “promoveu o desbravamento da Zona da Mata (PEDROSA, 1962, p.199)”.

É também consenso na literatura, a crença de que o marco da expansão do café no norte da Mata ocorreu somente no último quartel do século XIX, partindo do sul da região em direção, especialmente, aos municípios de Carangola, Muriaé, Viçosa, Ponte Nova, Abre Campo, Manhuaçu etc, à época beneficiados pela extensão dos sistemas de transportes, notadamente ferroviários¹⁰. Entretanto, os registros de avença do dízimo de freguesias localizadas no vale do Piranga contradizem essa visão, pois mostram que o *coffea arábica* já era plantado na parte norte desde o princípio do século XIX, decerto, no início, voltado para o mercado interno e sem expressão de cultivo monocultor¹¹.

A concepção de ocupação tardia da Mata ainda está reproduzida em algumas obras cujo assunto não foi central. Vasconcelos (1918, p.258) apontou que a “região que até o presente conserva o nome de Mata, até os anos de 1784”, não foi efetuada nenhuma diligência para seu aproveitamento por parte do governo. Egler (1953, p.129) salientou que a condição de “área proibida”, para conter a saída ilegal do ouro, não permitiu que a região fosse então ocupada. Também na opinião de Muls (1990, p.102), “em fins do terceiro quartel do século XVIII”, a área do rio Doce ainda não estava ocupada, ou só muito esparsamente. De forma semelhante, Andrade (1998, p.115) apontou que as florestas virgens do leste “vão se manter relativamente intocadas na exploração do homem branco para os lados do sertão do rio Doce e, ao sul do município de Mariana, no sertão do rio Pomba, até finais do século XVIII e inícios do XIX¹²”.

A literatura citada criou o dogma de que a ocupação da Mata só ocorreu no decorrer das duas primeiras décadas do século XIX, em função do decréscimo da extração aurífera, do afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento de áreas não povoadas e da introdução do café. Decerto, esta cultura promoveu a fixação da ocupação e o crescimento urbano, especialmente devido aos seus resultados econômicos. Por isso, o enfoque da expansão da atividade agroexportadora cafeeira, ocorrida a partir do oitocentos, é tão recorrente. Contudo, é incorreto considerá-lo como marco temporal da formação regional, pois ignora o desbravamento e o povoamento da Mata ao longo do século XVIII, bem como o papel desempenhado pelos primeiros povoados da região no período colonial: seja no vale do rio Paraibuna, sobretudo nas bordas do Caminho Novo, rota que servia como elo de ligação entre a região mineradora e o porto do Rio de Janeiro, com roças e ranchos para abastecimento e pouso dos tropeiros e animais ou, principalmente, nos vales dos rios Doce e Pomba (Figura 5), os quais se tornaram áreas de população e produção agrícola expressivas, com característica predominantemente camponesa.

Uma das explicações para a afirmação da ausência de povoamento na Mata durante o século XVIII e da sua inexpressividade nas primeiras décadas do XIX decorre, a nosso ver, da generalização e da má interpretação dos relatos de viajantes, os quais passaram, quase todos, pelo

estrutura agrária e social: o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata; demográficas e raciais – o estoque luso-brasileiro vindo do centro de Minas, superposto à camada escrava de negros africanos”.

¹⁰ Essa concepção está reproduzida em Valverde (1958, p.27), Cardoso (1991, p.111), Pires (1993, p.137), Oliveira (2005, p.43), Paula (2006, p.9-10) etc.

¹¹ Nos registros do dízimo encontram-se pequenos valores de tributação sobre a produção de café, mas também valores muito expressivos como o do tropeiro e fazendeiro Ignácio José Pais, proprietário da Fazenda de Roque Soares em Barra do Bacalhau (atual Guaraciaba). Em 1835, ele foi avençado em 273\$400 réis, relativos a 1.920 arrobas de café. (Arquivo Público Mineiro. Casa dos Contos. Fazenda Provincial 009. Manuscrito. Registros n.º 9, 63, 72 e 73).

¹² Opiniões semelhantes podem ser encontradas nos trabalhos de Lanna (1988, p.30-31), Andrade (1997, p.24), Martins, Lima e Silva (2002, p.11), Saraiva (2002, p.1), Pires (2004, p.39-40), Oliveira (2004, p.138; 2005, p.45), Paraíso (2005, p.1), Fanni (2005, p.2-10), Netto e Diniz (2005, p.23), Paula (2005, p.20; 2006, p.3) etc.

trajeto do Caminho Novo (sul/sudoeste da Mata). Valverde (1958, p.27), por exemplo, relatou ser “inútil” a procura de vestígios da marcha pioneira na região antes de 1830, pois “aí está o testemunho de Saint-Hilaire, que nada viu de importante, mesmo em Matias Barbosa, então a área mais próspera”. Com certeza, as primeiras impressões de Saint-Hilaire (1975, p.39-47), quando entrou na capitania de Minas (margem esquerda do rio Paraíba, Comarca do Rio das Mortes) em 1816, foram a ausência de “povoação nascente”, a presença de “florestas virgens” e de uma paisagem aparentando um “misto de desordem e regularidade selvagem”. De forma semelhante, o naturalista Mawe (1978, p.114), em sua descrição das paragens e habitações na entrada de Minas pelo Rio em 1809, também observou um aspecto de pobreza.

Como nos achássemos então na província de Minas Gerais, esperava encontrar aí melhores condições de agricultura – algum estabelecimento que merecesse o nome de fazenda – casas construídas não somente para abrigo, mas também com a preocupação de conforto. Pensava poder vislumbrar, entre os habitantes, aquele ar de saúde e de contentamento que se origina das ocupações revigorantes da agricultura; vãs ilusões [...] As casas velhas, estragadas, não eram reparadas; as ervas daninhas cobriam o pequeno número de jardins cercados; os cafeeiros, plantados nos primeiros tempos ainda existiam, mas o proprietário atual era muito indolente para colher os frutos; não havia nenhuma pastagem cercada, algumas cabras forneciam o leite de que se tinha necessidade; raramente se podia obter leite de vaca.

Tanto as evidências de Saint-Hilaire quanto as de Mawe, acerca dessa parte do Caminho Novo, podem ser encontradas nos registros de outros naturalistas. Não há dúvidas de que elas são representações, até certo ponto, fiéis da área. Entretanto, duas questões precisam ser observadas na ocasião da interpretação desses relatos. A primeira é que o Caminho Novo cortava, *tão somente*, uma pequena parte da Mata (extremo sul), também conhecida pelo nome de Sertões da Mantiqueira. É inaceitável a generalização, para toda a região, do padrão de ocupação descrito pelos viajantes nesta parte do caminho, pois justamente aí (vale do Paraibuna) ocorria uma das maiores, senão a maior concentração fundiária da capitania. Não causa espanto, portanto, a densidade demográfica baixíssima, a quase ausência de estabelecimentos agropecuários de certa importância e a presença majoritária de construções miseráveis. Ademais, como bem observou Mawe (1978, p.112), as pessoas que viviam à beira da estrada pertenciam, geralmente, à “classe mais baixa”, enquanto os das “classes mais elevadas” habitavam longe da estrada.

Os registros do dízimo da freguesia do Caminho Novo, na segunda metade do século XVIII, indicam a existência de uma atividade agropecuária mercantil extremamente concentrada, a produzir, muito provavelmente, uma estrutura fundiária bastante desigual¹³. Este padrão pode ser corroborado pelas anotações do próprio Saint-Hilaire (1975, p.43 e 47), relatadas a seguir, apesar do lapso temporal entre as duas fontes (mais de cinquenta anos):

Não nos devemos admirar, aliás, que as margens de uma estrada tão freqüentada [Caminho Novo] só possuem população tão diminuta e pobre. Com prejuízo dos interesses gerais, enormes extensões de terra foram concedidas aos mesmos indivíduos, alguns possuem três ou quatro léguas à margem da estrada [...] Dificilmente toleram que outros aí se venham a estabelecer [...] [Na paróquia de Simão Pereira], à direita do rio, encontram-se algumas casas cobertas de sapé e bem próximo se vê uma casa de um só andar e que anuncia a abundância do proprietário.

¹³ No triênio de 1750-3, os lavradores da freguesia do Caminho Novo foram avençados no dízimo com o maior valor médio da Capitania de Minas Gerais: 124 oitavas e 6 vinténs de ouro (149\$055 réis). O segundo maior valor médio era o da freguesia de Congonhas do Campo, equivalente a 52,5 oitavas e 3 vinténs (63\$133 réis) (CARNEIRO, 2008, p. 174-175).

Este é o modelo de ocupação vigente no vale do Paraibuna e não pode ser generalizado para a região. Burmeister (1952, p.121-187) percorreu um itinerário diferente do Rio de Janeiro a Vila Rica, passando pelo centro da Mata, transpondo distritos como Meia Pataca (atual Cataguases), Santo Antônio (hoje Astolfo Dutra), Pomba, Mercês, São Caetano (atual Cipotânea), Piranga etc, nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Doce. O percurso, datado de 1850, além de abarcar uma faixa bem maior da região, oferece uma paisagem rural distinta daquela do Caminho Novo, pois nos vales dos rios Pomba e Doce, onde se situava as freguesias de Rio Pomba e Piranga, o espaço agrário era formado, prioritariamente, por pequenos estabelecimentos. O viajante enfatizou que à medida que subia o vale do Pomba, em direção ao alto vale do Doce, a área começava a se apresentar “mais cultivada (BURMEISTER, 1952, p.157 e 178)”. Se a data da viagem desse naturalista, posterior às dos outros relatos, inviabiliza as duas comparações, ressalte-se que o padrão citado já era notável nos registros de pagamento do dízimo em 1750: a segunda freguesia mencionada, conforme dados apresentados por Carneiro (2008, p174-175), dispunha de elevado número de lavradores avançados (424), o maior da capitania, mas, em contrapartida, de um dos menores montante médio pago por lavrador.

Por fim, é preciso levar em conta que o final do século XVIII e o início do XIX marca um contexto de difusão e de desconcentração da produção agropecuária entre um universo maior de lavradores, em decorrência da crise da exploração do ouro. É notável, em quase todos os relatos de viajantes dessa época, a expansão do processo de ruralização em Minas, em que pese a importância alcançada por alguns núcleos urbanos como Barbacena e São João Del Rei, alçados à condição de entrepostos comerciais. Num contexto de dispersão da população pelo espaço rural da capitania, inclusive de famílias dos distritos mineradores antigos, não deveríamos esperar dos viajantes a descrição de imponentes aglomerados urbanos, sobretudo na Mata.

O princípio da incorporação territorial dos sertões do leste remonta, indubitavelmente, à primeira metade do século XVIII (Figuras 4 e 5). Das chamadas minas gerais, denominação inicialmente dada à área correspondente a uma “longa seqüência de minas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.45), na confluência das bacias dos rios Doce, Velhas e Mortes, os desbravadores adentraram pelos espaços fronteiros da região mineradora (Itaverava, Guarapiranga e Barra Longa) e de Borda do Campo (Correia de Almeida, distrito de Barbacena). O objetivo foi introduzir a agropecuária, a extração mineral e vegetal e/ou a política de aldeamento dos índios. É nesse contexto que se insere a gênese dos povoados nos vales dos rios Doce, Pomba e Paraibuna.

Os movimentos de desbravamento e de ocupação não foram, portanto, em termos de marco temporal, muito distantes do predominante na região das minas. Em algumas áreas, a época da incursão (em especial) e da ocupação é tão antiga quanto a idade dos arraiais e vilas surgidos com a corrida do ouro. Entretanto, a estrutura da maioria dos povoados não teve a mesma expressão que os da zona mineradora central, onde a aglomeração se desdobrou em distritos com feições nitidamente proto-urbanas.

A origem das condições materiais responsáveis pela consolidação da Mata no século dezanove não está atrelada, então, exclusivamente aos resultados proporcionados pela economia cafeeira, mas remonta ao processo de devassamento e de formação da região. No período colonial, as primeiras grandes propriedades, especialmente no vale do rio Paraibuna, se formaram por meio do apossamento da terra, notadamente pelas famílias de prestígio. Não seria exagerado afirmar que parte do capital cafeeiro originou-se da agricultura mercantil de alimentos, atividade que durante a segunda metade do dezoito atingiu um dos maiores graus de mercantilização na capitania, como atestam os registros do dízimo pesquisados por Carneiro (2008, p.174-175). Com a expansão do café, elites oriundas dos espaços mineradores, bem articuladas ao governo provincial, acumularam várias sesmarias.

III. A Política Colonial de Restrição à Abertura de Caminhos

No período colonial, os avanços dos colonos em direção às áreas de fronteira, a abertura de novas picadas e caminhos na região das minas e, principalmente, no seu entorno começou a

preocupar as autoridades coloniais. A Coroa procurou impedir a criação de rotas alternativas entre o centro mineiro e o litoral como estratégia para conter o descaminho do ouro. Temerosos de uma invasão, a preocupação inclusive se estendeu aos estrangeiros que se encontravam nas Minas, conforme o Bando a seguir, publicado em 1711 pelo Governador Antônio de Albuquerque C. de Carvalho:

Mando que todo o estrangeiro de qualquer nação que seja e se achar nos distritos destas minas venha perante mim apresentar-se dentro de trinta dias que começarão da publicação deste para se lhes consignar tempo e forma em que hão de ser enviados para o Rio de Janeiro [...] e os que o não fizer dentro do dito tempo será preso¹⁴.

Em 1733, no governo de André de Melo e Castro (Conde de Galveias), segundo o desembargador frei Sebastião Pereira de Castro, o Rei de Portugal, Alexandre de Gusmão, determinou em regimento a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, diretrizes para fomentar novos descobrimentos auríferos, implantar a cobrança do quinto por capitação, combater o descaminho do ouro e levantar o potencial navegável da Capitania. O Rei também ordenou que caso fosse necessário lançar algum bando, que este fosse representado ao governador Conde de Galveias, como relata a passagem a seguir:

Achando que é conveniente ao meu serviço lançar bando, ou publicar alguma ordem, ou tomar outro expediente, o representareis ao governador [Conde de Galveias] e advertireis aos mais ministros que me servem, aos quais tenho ordenado que atendam muito ao que por meu serviço lhe disserdes (COSTA MATOSO, 1999, p. 299).

Da “informação certa de descaminho de ouro em pó, casa de moeda e barras falsas” no governo do Conde de Galveias e da possibilidade de lançar bando conveniente parece ter decorrido a Ordem de 27 de outubro de 1733, uma repetição da lei publicada em 26 de setembro do mesmo ano, pois impunha a necessidade de sua observância.

Ordem de 26 de setembro de 1733, para se publicar e observar a lei, que com ela se remeteu de 27 de outubro do mesmo ano, na qual se determina que não se abram novos caminhos ou picadas para as Minas, em que já houver forma de Arrecadação da Real Fazenda: e que por estes caminhos, ou picadas proibidos se não possa entrar, ou sair, e se impõem aos que abrirem, ou por eles entrarem as mesmas penas dos que desencaminham os quintos do ouro, e que as Fazendas que se introduzirem pelos ditos caminhos, ou picadas fiquem perdidas, a metade para a Fazenda Real e a [outra] metade para o denunciante¹⁵.

A ordem citada determinou a interdição da abertura de caminhos e picadas nos matos não povoados da capitania. Numa primeira observação, a repetição do instrumento impositivo demonstra, conforme salientou Russel Wood (1977, p.32-33, 52), uma indiferença pelos decretos reais e governamentais, freqüentemente publicados, de forma quase idêntica, por cada novo Senado. Num segundo caso, apesar da restrição normativa e da condição de barreira que o mato denso podia desempenhar para conter o contrabando do ouro, somada à presença do indígena que o habitava, os sertões do leste em particular não estiveram rigorosamente intactos durante o século XVIII.

A administração metropolitana, ao mesmo tempo em que procurou vedar o povoamento do leste da Capitania de Minas Gerais, com resoluções impedindo o acesso dos colonos em virtude das possibilidades de descaminho do metal por falta de registro e vigilância em certos locais, também foi conivente com o devassamento da área, pois chegou a conceder sesmarias em paragens não

¹⁴ RAPM, v.2, 1897, p.794-795.

¹⁵ RAPM, v.16, 1911, p.457-458.

povoadas, inclusive, restritas pelos próprios bandos lançados, como é o caso dos vales dos rios Piranga, Xopotó, Turvo, Casca etc. Mas, isto possui pouca importância, pois o título de sesmaria no período colonial teve, tão somente, o papel de *garantia* a posses lançadas ou a terras compradas. Ao longo da ocupação da capitania, o processo predominante foi o da difusão generalizada de posses nos espaços de fronteira aberta, onde a expansão populacional interiorizou-se pelas bordas da região mineradora, independentemente dos regimentos que a proibiam.

A Ordem de 1733, com suas repetições, e a imposição da manutenção de apenas uma rota (Caminho Novo) ligando a Capitania de Minas Gerais à do Rio de Janeiro contribuíram para que particularmente o espaço da Mantiqueira (situado no sul da Mata) fosse conhecido como *área proibida*. Em 1781, o Governador D. Rodrigo José de Menezes relatou que esta denominação fora decorrente de um Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, lançado por Gomes Freire de Andrade em 1736, que “sem propriamente determinar sítio algum”, restringiu o lançamento de “posses nas extremidades não povoadas da Capitania sem licença sua ou de seus sucessores¹⁶”.

A administração colonial tinha consciência de que as florestas dos sertões do leste poderiam funcionar como barreira contra a ação dos sonegadores. Tal comprovação está explícita na fala de Luiz da Cunha Menezes (1784): “Sertão para a parte de Leste desta Capitania, denominado áreas proibidas, na hipótese de servirem os ditos sertões de uma barreira natural a esta Capitania, para segurança da sua fraude¹⁷”. A ausência de povoamento e a existência do mato denso, somadas à presença indígena, eram vistas como garantias contra os descaminhos do ouro. Contudo, a realidade de parte do leste de Minas no final do século XVIII era outra, principalmente se levarmos em conta a primeira característica. Provavelmente, três fatores contribuíram para cunhar uma imagem equivocada do leste da capitania: presença de indígenas pouco afeitos à civilização, ausência de sedes distritais de grande importância populacional e inexistência de distritos erigidos à condição de vilas.

Durante boa parte do período colonial, a Mata esteve atrelada à visão de uma área de povoamento rarefeito de população branca, dominada por grupos indígenas sem costumes religiosos, moralidade e cultura: espaço onde a civilização estava ausente e imperava a barbárie, devido à antropofagia dos temidos e genericamente chamados *Botocudos*. Na percepção dos governantes, a presença dessa tribo era vital para conter o contrabando do ouro.

A forma de distribuição da população no leste de Minas foi muito diferente da predominante na zona mineradora central. Enquanto nesta sobressaiu um adensamento pontualizado, com destaque para o processo de proto-urbanização, nos sertões, devido à pulverização dos descobertos auríferos, às características favoráveis à implantação da agropecuária e à própria morfologia espacial do sítio geográfico, caracterizado pela presença de terraços e vales relativamente planos, o povoamento se “ruralizou” pelos vales dos rios e ribeirões. Em termos de população distrital, os arraiais não foram tão importantes como os da região das minas, não obstante a existência de freguesias como a de Guarapiranga, uma das mais povoadas do Termo de Mariana em 1750¹⁸.

O leste da capitania, ao contrário da zona mineradora central, não dispôs de distritos erigidos à condição de vila durante o período colonial¹⁹. Esse fato também contribuiu para criar a imagem de

¹⁶ APM. SC, Códice 224, fl. 29. A ordem de 1736, disponível na RAPM, v.1, 1896, p.707, é, com poucas diferenças, semelhante à de 1733. Aquela versa sobre a questão das posses, em especial nas extremidades não povoadas, e esta sobre a abertura de picadas na região das Minas. Vários registros de avença do dízimo, analisados por Carneiro (2008, p.96-99), apontam, desde 1753 (data a partir da qual existem dados), a presença de moradores em paragens restritas ao devassamento na serra da Mantiqueira como Santa Rita, Ibitipoca, Remédios etc.

¹⁷ RAPM, v.2, 1897, p.347.

¹⁸ Em 1749, na lista das pessoas de confissão e comunhão da Comarca Eclesiástica de Mariana, a freguesia de Guarapiranga aparecia com 5.536 pessoas, apenas superada pela cidade de Mariana com 7.329 (COSTA MATOSO, 1999, p.706-707). Após um ano, segundo relato de Bento Fernandes Furtado no Códice Costa Matoso (1999, p.183 e 257), as margens do rio Guarapiranga se encontrava “todo povoado com amplíssima freguesia, com igreja matriz suntuosa e bem ornada, com arraial de bastantes vizinhos”.

¹⁹ Entre 1711 e 1814 foram fundadas 16 vilas na Capitania. Na primeira data citada, face à descoberta do ouro e à necessidade de controle administrativo e centralidade assumida pelo novo espaço, criaram-se as três primeiras, sem dúvida, as mais importantes do período colonial: Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque (atual Mariana), Vila Rica de Albuquerque (hoje Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (atual Sabará). No período

uma área intocada, com inexpressivo povoamento branco e abundância de mato denso. Os primeiros arraiais com tal titulação remontam ao segundo quartel do século XIX, conforme se observa na Tabela 1. Na visão dos governantes, as primeiras povoações da Mata não dispunham da necessidade de organização de um governo municipal ou, principalmente, de atributos e qualidades que conferissem prestígio à elevação dos arraiais, como a importância econômica, os fatos gloriosos, a nobreza dos habitantes, a salubridade do sítio, a regularidade das ruas, a beleza das igrejas, a riqueza do território, a fidelidade à Coroa etc²⁰.

Tabela 1 – Marco Temporal das Primeiras Vilas Erigidas na Mata

Ano	Nome Anterior	Nome da Vila	Município Atual
1831	São Manoel do Pomba	São Manoel do Pomba	Rio Pomba
1839	São João Batista	São João Batista do Presídio	Visconde do Rio Branco
1841	Guarapiranga	Piranga	Piranga
1841	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno
1850	St. Antônio do Juiz de Fora	Santo Antônio do Paraibuna	Juiz de Fora
1851	Cágado	Mar de Espanha	Mar de Espanha
1853	São Januário do Ubá	São Januário do Ubá	Ubá
1854	Feijão Cru	Leopoldina	Leopoldina
1855	Manuel Burgo	São Paulo do Muriaé	Muriaé
1857	São Sebastião e Almas	Ponte Nova	Ponte Nova
1871	Santa Rita do Turvo	Santa Rita do Turvo	Viçosa
1875	Meia Pataca	Cataguases	Cataguases

Fonte: Dados coletados a partir de Barbosa (1995, págs. 84-85, 177-178, 187, 194, 214, 254, 264-265, 286-287, 359, 368 e 370).

Na Mata, a primeira vila criada foi a de São Manoel do Pomba, em 1831, possivelmente devido à expansão do café, pois os seus registros do dízimo em 1827 já especificam vários tributos relativos à rubiácea. Algumas vilas implantadas nos decênios de 1840 e 1850 como São João Nepomuceno, Santo Antônio do Paraibuna, Mar de Espanha, São Januário do Ubá, Leopoldina e São Paulo do Muriaé igualmente se vinculam à economia cafeeira.

No caso da freguesia de Piranga, apesar da sua importância desde o período colonial, a vila só foi instalada em 1841. Em 1830, o seu distrito dispunha do maior número de domicílios entre os povoados localizados na Mata, segundo consta a Tabela 2. No espaço urbano foram registrados 249 fogos, 18,3% do total regional, seguidos, de longe, pelos 93 ou 6,8% do total em Itaverava. No

entre 1713 e 1729, fase de expansão da atividade aurífera, foram instaladas mais 6 novas vilas, essencialmente, também mineradoras, que passaram a compor, afora a última, o núcleo central da capitania, as duas primeiras como “cabeças” de comarca: Vila de São João Del Rei (atual cidade de mesmo nome), Vila do Príncipe (atual Serro), Vila Nova da Rainha (hoje Caeté), Vila de Nossa Senhora da Piedade (atual Pitangui), Vila de São José Del Rei (hoje Tiradentes) e Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (atual Minas Novas). A terceira fase de expansão da criação de vilas em Minas só ocorreu no final do século XVIII e início do XIX, portanto, num momento de retração da exploração aurífera. Dadas as características assumidas pela produção agropastoril mercantil, em especial na Comarca do Rio das Mortes, era de se esperar a criação de vilas justamente neste espaço. Assim sendo é que, entre 1790 e 1814, foram fundadas mais 7 vilas, todas com importância da produção mercantil e localizadas, exceto a última, na Comarca citada: Vila de São Bento do Tamanduá (atual Itapeçerica), Vila da Campanha da Princesa (hoje Campanha), Vila de Barbacena (atual cidade de mesmo nome), Real Vila de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), Vila de Santa Maria do Baependi (atual Baependi), Vila de São Carlos do Jacuí (hoje cidade de Jacuí) e Vila de Paracatu do Príncipe (atual Paracatu). As informações dos topônimos e das datas foram retiradas de Barbosa (1995, págs. 39, 43, 65, 70, 97, 164, 170, 196, 204, 230, 238, 256, 291, 318, 341 e 350).

²⁰ Em 1745, a vila de Ribeirão do Carmo, alçada à condição de sede do Bispado, foi erigida à categoria de cidade com o título de Mariana. Esta elevação era concedida às vilas que possuíssem tal função Eclesiástica. Em contrapartida, Vila Rica, sede do governo da Capitania de Minas Gerais, onde se encontrava a casa de fundição e da moeda, as imponentes residências dos altos escalões da administração da capitania e uma complexa vida urbana caracterizada pela divisão de funções econômicas, administrativas e religiosas, não obteve o *status* de cidade.

distrito de São Manoel do Pomba, em expansão devido à mercantilização crescente do café, foram descritos 39 domicílios, 2,9% do total regional, montante pouco superior ao relatado para o distrito de Bacalhau (38 ou 2,8%) que à época estava vinculado ao arraial de Piranga.

Tabela 2 – Relação das Povoações Localizadas na Região da Mata, Província de Minas Gerais, com Declaração do Número de Fogos em 1830¹

Povoações	Fogos	%
Termo de Mariana		
Arraial e Matriz de Guarapiranga (Piranga)	249	18,3
Arraial da Ponte Nova	87	6,4
Arraial e Matriz do Presídio (Visconde do Rio Branco)	84	6,2
Arraial e Capela das Mercês do Pomba (Mercês)	80	5,9
Arraial e Matriz do Cuieté (Distrito de Conselheiro Pena)	68	5,0
Arraial e Capela de São José do Xopotó (Alto Rio Doce)	58	4,3
Arraial e Capela de São Gonçalo do Ubá (Acaiaca)	42	3,1
Arraial e Matriz de São Manoel do Pomba (Rio Pomba)	39	2,9
Arraial e Capela do Bacalhau (Distrito de Piranga)	38	2,8
Arraial e Capela de Santana dos Ferros (Guaraciaba)	37	2,7
Arraial e Capela das Dores do Pomba (Dores do Turvo)	33	2,4
Arraial e Capela da Conceição do Turvo (Senador Firmino)	32	2,3
Arraial de São Lourenço do Casca (Manhuaçu)	32	2,3
Arraial e Capela do Calambau (Presidente Bernardes)	24	1,8
Arraial e Capela de Santa Rita do Turvo (Viçosa)	22	1,6
Arraial e Capela de São Januário do Ubá (Ubá)	19	1,4
Arraial e Capela de Manja Léguas (Localidade de Piranga)	18	1,3
Arraial e Capela do Barroso (Paula Cândido)	14	1,0
Arraial e Capela de São Caetano do Chopotó (Cipotânea)	8	0,6
Arraial e Capela do Mello (Desterro do Melo)	5	0,4
Arraial de Abre Campo	4	0,3
Arraial e Capela de Brás Pires	3	0,2
Arraial e Capela do Salto (Localidade de Piranga)	3	0,2
Arraial e Capela do Mestre Campo (Localidade de Piranga)	3	0,2
		73,5%
Termo de Queluz		
Arraial e Matriz da Itaverava	93	6,8
Arraial e Capela da Espera (Rio Espera)	68	5,0
Arraial das Dores (Capela Nova)	39	2,9
Arraiais do Lamim	37	2,7
Arraiais de Catas Altas da Noruega	10	0,7
		18,1%
Termo de Barbacena		
Arraial e Capela dos Remédios (Senhora dos Remédios)	76	5,6
Arraial das Dores do Rio do Peixe (Lima Duarte)	13	1,0
Arraial de Matriz de Ibitipoca (Distrito de Lima Duarte)	12	0,9
Arraial de Rio Novo	10	0,7
Matriz do Engenho do Mato (Localidade de Juiz de Fora)	2	0,1
Matriz de Simão Pereira	2	0,1
		8,4%
Total	1.402	100%

Notas: ¹Não consta na relação o número de fogos do arraial de Pinheiros Altos (Distrito de Piranga), São Miguel (Araponga), Santo Antônio (Astolfo Dutra) e Meia Pataca (Cataguases), Termo de Mariana. Em relação a este último, Barbosa (1995, p.84), utilizando-se do jornal “O Universal” de Ouro Preto, apontou que, em 1828, a povoação possuía 38 fogos brasileiros. Fonte: Retirado da *Relação das cidades, vilas e povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos*. RAPM, v.2, 1897, p.18-28.

Os números da tabela referem-se apenas aos domicílios dos distritos, portanto, uma parte da freguesia. Nos espaços rurais, obviamente, a soma dos fogos superava, em muito, a computada exclusivamente nos arraiais. Na freguesia de São João Batista do Presídio, por exemplo, no ano de 1819 foram listados 604 fogos. Destes, somente 116 ou 19,2% se encontravam localizados nos seus dois arraiais: Presídio e Ubá²¹. É verossímil que o número de domicílios listados no distrito de Piranga (249) representasse um montante entre 10 a 20% do total apresentado pela freguesia, conjecturando, portanto, a expressividade que a jurisdição mencionada deveria possuir.

O dado da expressividade de domicílios no distrito de Piranga, todavia, esconde o declínio e/ou a estagnação do fenômeno urbano no arraial, característica que podia ser generalizada para boa parte dos distritos da antiga zona central da mineração. Em 1840, Gardner (1975, p.231-232) relatou que a maior parte da população do arraial de Piranga (1.200 habitantes) vivia em grande pobreza. O arraial tinha um “aspecto solitário e melancólico, mas, ao mesmo tempo, todos os vestígios de antiga opulência” como três igrejas e casas, na maior parte, grandes e de dois andares. Semelhante observação foi destacada por Burmeister (1952, p.175-181) em 1850. Segundo o naturalista, o arraial, com seus 1.500 habitantes, não lhe pareceu muito movimentado, mas, as igrejas testemunhavam que nos tempos em que o ouro abundava em seus arredores “a vila devia ter sido rica”.

Observações diferentes foram descritas para a vila da Pomba, onde a agropecuária passou a ter maior importância econômica a partir das duas primeiras décadas do dezenove. Em 1850, de acordo com Burmeister (1952, p.175-181), a vila assemelhava-se a uma “grande cidade”, apesar das 130 casas (91 fogos a mais do que os 39 citados em 1830) e dos aproximados 1.000 habitantes. A praça principal era flanqueada por “belas construções de dois andares”. Uma pequena parcela de brancos compunha a população, em grande parte de fazendeiros e comerciantes, aqueles considerados as “colunas mestras do comércio local”. Essas características opunham-se à monotonia, estagnação e declínio dos antigos distritos mineiros.

Ao longo da primeira metade do século XIX, o espaço a gerar dinamismos não era o urbano. A crise da mineração determinou a estagnação e/ou a retração de vários distritos, outrora importantes durante a exploração do ouro. Em 1822, Saint-Hilaire (1974, p.32) ressaltou que Ibitipoca compunha-se de “algumas casinhas apenas e do pior aspecto”. O costume de morar a maior parte do ano em fazendas e sítios, distantes dos lugares habitados, dominava em todo o Brasil, segundo relatou o viajante Gardner (1975, p.221). Nas matrizes de Simão Pereira e Engenho do Mato, somados os seus domicílios, havia, em 1830, tão somente, quatro fogos, montante irrisório no conjunto total da Mata. No entanto, nas duas freguesias mencionadas, o espaço rural impunha rapidamente a formação do urbano, a transformá-lo, de fato, ao longo da segunda metade do século XIX com um novo tipo de dinamismo econômico: a atividade agroexportadora cafeeira.

IV. A Gênese do Recorte Regional

A característica peculiar da Mata ou dos sertões do leste ao longo do século dezoito foi a existência de matos, densos e abundantes, o que lhe conformou a condição de uma área de fronteira demográfica e econômica em contínua expansão: região incerta e instável onde após o avanço dos primeiros cultivos, manchas de florestas subsistiram, às vezes, por um bom tempo. No período colonial já havia uma percepção daqueles sertões pelos bandeirantes a partir da mata densa e impenetrável. Ao longo do século dezoito, Minas Gerais passa a adquirir contornos de um território regionalizado, com seus espaços regionais comandados pela produção econômica, especialmente da zona mineradora e entorno. A concepção de região à época fundava-se na diferenciação de dois conjuntos geográficos: as minas e os sertões, os matos e os campos²².

²¹ ACMM, Códices 398 e 742 *apud* Carrara (1999b, p.3-83).

²² A distinção original entre as categorias “minas” e “sertões” se deve a Carrara (2007, p.40-52), na sua discussão acerca das paisagens geográficas e da divisão administrativa nas Minas Gerais do século dezoito. A diferenciação entre minas e sertões esteve recorrente na legislação colonial. Conforme Resolução de 15/03/1731, do Conselho Ultramarino, citada em Carrara (1999a, p.21), nas terras onde houvesse minas e nos caminhos para elas, o tamanho das sesmarias deveria

No conjunto minas e sertões, a influência por excelência era do espaço minerador, pólo econômico diferenciador não só pela presença do ouro, mas de uma exclusiva centralidade comandada pela vida urbana. Nos sertões se encontravam os espaços pouco conhecidos, temidos e desejados, lugares de risco e perigo, áreas fracamente ocupadas pelo homem branco e, no caso do leste da capitania, habitadas pelas tribos indígenas dos Botocudos, Coropós, Coroados e Puris (Figura 5). A noção de isolamento atribuída ao sertão deve ser interpretada como uma aparência, pois, segundo Carrara (2007, p.47-48), “muitos eram seus caminhos, e talvez, o que fosse mais comum, mais numerosos ainda seus ‘descaminhos’”.

Com o avanço das áreas conhecidas da capitania e sua respectiva apropriação econômica, as categorias de percepção do espaço no universo mental da população foram sendo criadas. Os campos, no sul, compunham a área onde começou a se desenvolver uma produção agrária para o abastecimento das minas, posteriormente direcionada ao mercado do Rio. Os currais, nos vales dos rios São Francisco e das Velhas, foi onde se expandiu a pecuária extensiva. Os matos, na parte leste, lugar por excelência da densa cobertura florestal, da presença indígena e de unidades produtivas voltadas para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados nas minas ou nos caminhos de acessos a elas. E o sertão, no norte, oeste e nordeste, continuamente deslocado, sempre a representar áreas pouco conhecidas e com fraco adensamento da população branca.

Na percepção da diferenciação entre duas paisagens (campo - Figura 1 e mato - Figura 2) reside a primeira aceção da Mata enquanto região, pautada no critério físico ou natural²³. O termo *Mata* pode ter sido usado, pioneiramente, por Saint-Hilaire (1974, p.41), em sua *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*, no ano de 1822, quando ele se referiu ao vale do rio Pomba, diferenciando-o da paisagem de campos no médio sul e no oeste da capitania, vale do rio Grande. O naturalista afirmou que “aqui [vale do Grande] cria-se gado e lá [vale do Pomba] planta-se milho”.

No médio sul e no oeste da Capitania de Minas Gerais, a ocorrência do cerrado e do campo cerrado, formações florestais assinaladas pela presença de arbustos, pelo espaçamento entre as árvores e pelos troncos e numerosos galhos retorcidos, era a causa do predomínio de uma paisagem caracterizada pelo aspecto de campos relvosos. As pastagens se destacavam nas partes mais altas, enquanto nos vales encontravam-se alguns capões de mata. Tais condições naturais explicam a preponderância da criação de gado na área.

No leste da capitania ou na região da Mata, em contraposição ao médio sul e ao oeste, sobressaía a floresta atlântica: formação exuberante e densa (copas fechadas) que restringia a entrada de luz solar no interior do extrato arbóreo e permitia apenas estreita vereda para passagem dos viandantes. Era genericamente conhecida por *floresta tropical*, com ocorrência de subtipos ligados diretamente à altitude. A sua extensão sobre os vales dos rios Doce, Pomba e Paraíba do Sul se deve à elevada umidade nessas áreas. Em termos de cultivos, dominava o plantio do milho, devido ao abastecimento de viajantes e à criação de suínos.

Na passagem pelo sítio de Simão Pereira, margem do rio Paraíba, Costa Matoso (1999, p.891) ressaltou: “vim continuando todo este caminho sempre entre matos, subindo e descendo mais e menos, com pouca ou nenhuma diferença”. Saint-Hilaire (1975, p.42) também notou que entre o rio Paraíba e a cadeia ocidental, serra da Mantiqueira, na qual começam os pastos naturais, o espaço

ser de meia légua em quadra, ao passo que no sertão, ouvidas as Câmaras dos sítios a que pertencessem, seriam de três léguas.

²³ No contexto atual, apesar da redução da cobertura florestal original da Zona da Mata, ainda é possível observar a transição entre as duas paisagens (campo e mato) em alguns limites da região. Quando percorremos a BR 040, entre Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora, a mudança pode ser notada na altura de Barbacena. Infelizmente, ela não é tão evidente devido à perda expressiva da vegetação nessa área. Mas, se percorrermos a BR 482, entre Conselheiro Lafaiete e Piranga, passando por Itaverava e Catas Altas da Noruega, a transição é mais notável, principalmente quando entramos no espaço do penúltimo município. Isto pode ser explicado pelo fato dos três últimos municípios citados ainda conservarem em sua unidade político-administrativa boa parte da cobertura florestal de Mata Atlântica. Não obstante esta exceção, o nome *Zona da Mata* se tornou paradoxal, pois uma das principais características atuais da região é, justamente, a ausência de vegetação.

é “montanhoso e coberto de matas. Em subidas e descidas, a altitude se vai elevando gradualmente e a vegetação se torna pouco a pouco menos vigorosa e variada”.

Figura 1 - Vista de um Fragmento da *Paisagem do Campo*, Lagoa Santa (1850)



Fonte: Burmeister (1952, p.251).

Figura 2 - Vista de um Fragmento da *Paisagem do Mato*, Mariana (1850)



Fonte: Burmeister (1952, p.107).

O obstáculo de perspectivas visuais amplas na paisagem do mato ou a mudança inesperada do cenário da sombria floresta à campina, provavelmente, contribuiu para que os viajantes descrevessem a primeira como “melancólica” ou “afogada” e se vislumbraassem com a entrada no campo. Na transposição da serra da Mantiqueira em direção à localidade de Borda do Campo, Costa Matoso (1999, p.895-896), vendo a terra descoberta de mato e uma vegetação rasteira, disse poder enxergar, mais distante, os objetos dispostos na paisagem, em comparação ao caminho cercado de mato. Ele concluiu, conforme passagem a seguir, com uma importante distinção entre o *Caminho do Mato*, que se estendia do norte da capitania do Rio até Borda do Campo, e o *Caminho do Campo*, que se prolongava do último marco citado até os arredores do arraial de Itaverava, onde a paisagem adquiria características semelhantes à da região das minas.

[...] Vinha já com algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam mais ao longe os objetos da vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que em dez dias não se via outra coisa, senão o mato e as árvores imediatas a mim. Assim, neste maior desafogo, cheguei a uma baixa em que há um sítio chamado a Borda do Campo, por nele se acabar o caminho do mato [...] Vim entrando pelo que chamam *Campo*, deixando já o caminho a que chamam do *Mato*. É chamado campo por descoberto, a respeito do mato, e, na verdade, é caminho excelente e desafogado; é igualmente subindo e descendo morros, ainda que mais pequenos; são todos faltos de matos e cobertos igualmente de um feno de uns dois palmos, e somente pelas baixas e quebradas deles há várias nódoas de mato a que chamam capões e capoeiras [...] E assim, dava este caminho lugar a alguma extensão de léguas na vista para a parte de oeste, que para a de leste ia sempre a vista em pouca distância dos mesmos matos a que aqui chamam os Gerais, porque continuam igualmente até a Capitania do Espírito Santo e Campos dos Goitacases [...] (COSTA MATOSO, 1999, p.895-896) (Grifos nossos)²⁴.

A distinção entre as paisagens do mato e do campo não passou despercebida por Pohl (1976, p.82), que na descida da serra da Mantiqueira, sentido Borda do Campo, relatou que “ficam para trás serras e florestas, abrindo-se à vista campos relvosos, exuberantemente cobertos de plantas”. Após 50 léguas de estrada mata adentro, quando se partia do Rio de Janeiro e uma visão bastante limitada, Eschwege (2002, p.247-248) salientou que se descortinava um horizonte aberto e vastíssimo, composto de pradarias. Saint-Hilaire (1975, p.59), ao apontar a distinção entre as duas paisagens, enfatizou também os aspectos intermediários na transição e descreveu, mais detidamente, a fitofisionomia dos campos, conforme se evidencia a seguir.

[...] As árvores que se vêem à direita tem um pouco menos vigor, e não se apresentam mais em agrupamentos condensados [...] O viajante, fatigado de atravessar florestas, avista subitamente vastas pastagens. Não se pense, todavia, que a transição das matas para os campos se faz bruscamente e sem aspectos intermediários; durante algumas léguas se vêem ainda moitas de arvoredo de espaço a espaço; mas a pouco e pouco vão se tornando mais raras, e acabam por desaparecer. A vegetação que se tem sob os olhos é absolutamente diferente da que apresentam as matas virgens; as árvores gigantescas sucedem gramíneas freqüentemente mal desenvolvidas, entremeadas de outras ervas, e os vegetais que se mais fazem notar no meio dessas pastagens não passam de arbustos.

²⁴ Saint-Hilaire (1974, p.31) relatou que nunca se aborreceu com a restrição visual da paisagem do mato, pois as características da vegetação, “tão majestosa e variada” e com efeitos “tão pitorescos”, eram dignas de contemplação. Mas, a paisagem do campo exerceu maior fascínio sobre o naturalista, pois em sua concepção, no lugar das “árvores gigantescas”, cuja folhagem mal havia distinção, descortinava-se uma imensa extensão de terreno, marcado pela suave brisa e por “pastos salpicados de flores encantadoras”, das quais, de muito longe, se percebiam a família e o gênero. Quando entrou na Borda do Campo, ele relatou que “à vista dos belos campos” que se apresentaram aos seus olhos, não pôde deixar de “sentir verdadeiro aperto de coração”, ao pensar que logo os deixaria “para sempre”.

Os viajantes ainda descreveram os limites da Mata, evidentemente em suas partes ocidental e sul, dado que essas duas áreas, componentes da Comarca do Rio das Mortes, eram conhecidas por serem cortadas pelo Caminho Novo. No sul, a demarcação coincidia com os rios Paraíba, Preto e Paraibuna, o mesmo que dividia as capitanias de Minas e do Rio de Janeiro (SAINT-HILAIRE, 1975, p.43-46). Na parte ocidental, o marco divisório se encontrava nas proximidades do povoado de Batalha cujo ponto mais elevado, após galgar o planalto da Mantiqueira, era Borda do Campo, onde a floresta tropical dava lugar ao cerrado (SAINT-HILAIRE, 1975, p.59-60). No caso da porção extremo-oriental da região, pertencente à Comarca de Vila Rica, havia imprecisão, pois ela se estendia até a fronteira com a Capitania do Espírito Santo e era amplamente dominada pelo “gentio”. Neste espaço, possivelmente, a demarcação era dada pela serra do Caparaó, pois ao transpô-la, a floresta tropical dava lugar às formações litorâneas. Do aspecto natural, adveio, portanto, a primeira acepção regional.

O conteúdo da organização territorial das paisagens do campo e do mato, notadamente a sua base econômica, também foi atributo na conformação da distinção regional. Eram notáveis as diferenças entre os campos, onde predominavam a criação de gado, e os matos, onde se encontravam várias unidades produtivas com atividade voltada para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados intra-regionais criados pelos centros urbanos nas minas e pela circulação de viajantes ao longo do Caminho Novo. Conforme já evidenciado, parte dessas colocações pode ser encontrada em Saint-Hilaire (1974, p.41), quando ele diferenciou a produção do vale do rio Grande, caracterizada pela criação de gado, daquela do vale do rio Pomba, distinguida pelo plantio de milho²⁵.

No vale do rio Piranga, muito próximo aos mercados da zona mineradora central, a condição de fronteira aberta e o atributo pedológico também foram fortes estímulos à sua ocupação “serra abaixo”. Observa-se pela Figura 3 que nos distritos de Mariana e, principalmente, nos de Ouro Preto ocorrem grandes extensões de solos do tipo Cambissolos, geralmente associados a afloramentos rochosos, além de faixas menores de Latossolos Vermelho-Escuros, Neossolos e Argissolos. Os Cambissolos correspondem às coberturas que se desenvolvem em extensões de relevo acidentado e/ou sobre rochas mais resistentes ao intemperismo. Estão situados em áreas escarpadas, geralmente acima de 1.000 metros, o que os torna propícios à erosão, exibindo manto inexpressivo, rocha a poucos centímetros da superfície e baixa concentração de nutrientes. As precipitações superiores a 1.500 mm anuais e a vegetação de complexos rupestres sobre o quartzito inviabilizam a exploração agrícola em boa parte da área²⁶.

O vale do rio Piranga, por sua vez, é coberto, em sua maior parte, pelos Latossolos Vermelho-Amarelos, geralmente nos topos convexos e encostas das elevações, com perfis profundos e horizontes outrora diferenciados. Possuem um manto bastante alterado e espesso nas áreas de declividade fraca a média, derivado das rochas granito e, sobretudo, gnaisse. Em relação aos Cambissolos, os rendimentos na agricultura são maiores, sem levar em conta que no período colonial, a decomposição vegetal advinda da prática de queimadas numa área de vegetação abundante promovia o enriquecimento da terra devido à incorporação de biomassa. Os naturalistas Spix e Martius (1981, p.218), ao passarem pelos arredores da localidade de Mainart em 1818, próximo ao vale do rio Piranga, ressaltaram que:

²⁵ Paula (2006, p.3 e 9-10), portanto, está equivocado ao afirmar que “não se pode falar em Zona da Mata antes da década de 1870”. Este autor acredita que a formação da Zona da Mata, enquanto um “espaço regional delimitado e diferenciado” no contexto econômico e social das Gerais, ocorreu apenas após a modernização dos transportes (rodovia e ferrovia), propiciada pela expansão da atividade cafeeira. O problema dessa proposição está justamente em tomar *apenas* a cultura cafeeira ou a produção econômica como instrumento de análise da formação regional.

²⁶ Utiliza-se a expressão em *boa parte*, pois a simultaneidade das atividades mineradoras e agropecuárias está documentada em algumas cartas de sesmarias, por exemplo, as citadas por Guimarães e Reis (1986, p.15-17), contrariando os pressupostos de alguns teóricos como Prado Júnior (1977, p.75), o qual ressaltou que “a natureza do solo [da região das minas] não se prestava às atividades agrárias”. Também no contexto atual, uma rápida passagem pelos arredores dos distritos e das localidades de Ouro Preto (Cachoeira do Campo, São Bartolomeu, Santa Rita de Ouro Preto, Bandeira etc) e Mariana (Cachoeira do Brumado, Padre Viegas, Bandeirantes, Mainart etc) nos permite visualizar, em locais com características pedológicas e topográficas permissíveis, a presença da atividade agropecuária.

Mais ricas do que pelo metal são, entretanto, estas terras, em virtude de sua fertilidade, e é de esperar que aqui as minas ainda sejam completamente suplantadas pela lavoura. O milho dá no primeiro ano quatrocentos por um; a colheita de duzentos por um é considerada medíocre, e a de cem é má.

O mineralogista alemão Eschwege (2002, p.59-60), no mesmo ano, também passou pelas proximidades do rio Mainart quando da sua visita à tribo dos índios Coroados no Presídio de São João Batista. De forma semelhante, ele afirmou que o solo da região era “muito fértil”, motivo pelo qual vários fazendeiros haviam se instalado no lugar. Com base em suas observações geológicas e pedológicas, concluiu que as rochas primitivas davam origem a um solo fértil e coberto de matas.

Figura 3 - Principais Grupos de Solos na Região das Minas (Ouro Preto e Mariana) e no Vale do Rio Piranga



As características altimétricas do vale do rio Piranga, entre 400 e 700 metros nas partes mais baixas e entre 700 e 1.000 metros nas elevadas, a precipitação, entre 1.200 e 1.500 mm anuais, a geomorfologia do relevo de mares de morros, com áreas planas, vertentes convexas, terraços e topos arredondados ou aplainados, além da floresta tropical semidecídua, componente do domínio da Mata Atlântica, foram atributos favoráveis à implantação da agropecuária. Não podem ser desprezados como fatores explicativos do avanço de uma população que à atividade agropecuária conjugou a mineração nos espaços em que foi possível a sua implantação. Em algumas áreas, o papel central ocupado pela exploração do ouro viria a ser suplantado pela ocupação agropastoril a partir de meados do setecentos.

O movimento migratório para as áreas de fronteira da Capitania de Minas, vale do rio Piranga/Doce (Termo de Mariana) e Comarca do Rio das Mortes, pode ser explicado pelas características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária nos dois espaços. A este fator somam-se ainda o elevado número de posses lançadas nas áreas não povoadas, o declínio da

mineração devido à redução do volume de ouro em pó disponível e a necessidade de sobrevivência de populações marginais na sociedade colonial.

A proximidade dos distritos de Vila Rica e Mariana, com concentração populacional expressiva, a relativa organização das unidades produtivas do Caminho Novo e do vale do Piranga, o efeito multiplicador criado pela circulação de ouro em pó, a presença de veios auríferos, os incentivos da administração colonial, o alto custo dos produtos importados de grandes distâncias, a ocorrência de características geográficas favoráveis à instalação da atividade agropastoril em alguns espaços e o elevado número de posses lançadas em áreas de fronteira são fatores que, desde o início da formação da capitania de Minas, estimularam a expansão da agropecuária. Fatores estes fundamentais para compreender o crescimento demográfico dos distritos situados no vale do rio Piranga, por exemplo.

A administração colonial condenou a abertura de novos caminhos nas áreas não povoadas por meio da publicação de leis, ordens, bandos e editais. Contudo, esses instrumentos normativos se mostraram pouco eficazes, caso contrário não teriam sido reiterados durante o século XVIII. O primeiro bando a determinar a proibição da abertura de caminhos, datado de 1733, se insere num contexto em que parte do vale do rio Piranga já tinha sido desbravado. Medidas adotadas pela metrópole como o incentivo à descoberta de novas lavras e a concessão de sesmarias ou ainda o elevado número de posses lançadas pelos colonos iam contra a estratégia de isolamento para conter o descaminho do ouro, pois contribuíam para a multiplicação de estradas, não permitindo a formação do tão almejado “cordão vigoroso²⁷”. Mais do que a legislação proibitiva, foram os conflitos com os indígenas, principalmente os Puris e os Botocudos, que influíram na marcha do povoamento, caracterizada por variações de ritmos, ou seja, marcada por pausas, retrocessos e avanços bruscos.

O deslocamento do povoamento em direção às matas do leste na Capitania de Minas Gerais, vale dos rios Piranga e Doce, promoveu o surgimento de uma agropecuária com elevado nível de mercantilização, beneficiada pela proximidade dos mercados de Vila Rica e Mariana e pela disponibilidade de atributos favoráveis à implantação e ao desenvolvimento de cultivos e criações. O acentuado grau de mercantilização da atividade agropastoril foi resultado, principalmente, da presença de um grande número de lavradores (notáveis nos registros de avença do dízimo). No caso da categoria dos roceiros, pequenos lavradores, a ocorrência de valores muito diminutos entre os registros do dízimo indica que a participação de alguns no abastecimento interno ocorreu de forma bastante esporádica. Dito de outra forma, as unidades produtivas camponesas estiveram voltadas, sobretudo, para a subsistência. No entanto, não raro elas superaram suas necessidades básicas, por causa de suas características internas, das condições peculiares da área produtiva e dos circuitos econômicos de abastecimento criados pelas centralidades urbanas no século XVIII, notadamente dos distritos populacionais mais próximos e importantes.

Os primeiros arraiais formados no vale do rio Piranga são mais antigos do que aqueles surgidos nos sertões do Pomba e da Mantiqueira. E a gênese dos primeiros não está na crise da mineração e/ou na extinção da legislação proibitiva de abertura de picadas na segunda metade do século XVIII. Incontestavelmente, o primeiro fator concorreu para o aumento da população, mas especialmente dos espaços não urbanos, pois com a crise da mineração o deslocamento migratório esteve direcionado, sobretudo, às áreas rurais. A maioria dos distritos formados não teve grande expressão. Seja por causa dos intensos e constantes embates com os indígenas, pela quantidade pouco expressiva de ouro e/ou pela sua subordinação e localização muito próxima dos principais centros político e econômico da capitania.

V. Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, Brasil, cx.131, doc. 74, fls. 6-7 e 9 *apud* Silva (2003, p.160).

AGUIAR, José Otávio. **Points de Vie Étrangers: A Trajetória de Vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)**. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX. In: POLITO, Ronald; AGUIAR, José Arnaldo Coelho (Orgs.). **Termo de Mariana: história e documentação**. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 113-125. v.1.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 21-32, dez. 1997.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BLASENHEIM, Peter Louis. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Organização e Reorganização do Espaço no Vale do Paraíba do Sul: uma análise geográfica até 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p. 81-135, jan./mar. 1991.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835**. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; FONTES, Maurício Paulo Ferreira. Aspectos Geográficos e Agrícolas do Estado de Minas Gerais. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício Paulo Ferreira (Orgs.). **Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa: Folha de Viçosa, 2005. p. 151-222.

CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)**. 1993. 167 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais: séculos XVIII-XIX**. Mariana: UFOP, 1999a.

_____. **Uma fronteira da Capitania de Minas Gerais: a freguesia de São João Batista do Presídio**. Mariana: UFOP, 1999b.

_____. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CASTRO, Antônio Barros de. **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. **Os Sertões de Leste**: achegas para a história da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

COSTA MATOSO, Caetano da. **Código Costa Matoso**: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

EGLER, Eugênia Gonçalves. Distribuição da População no Estado de Minas Gerais em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.123-152, jan./mar. 1953.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwing von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Tradução de Friedrich E. Renger, Tarcísia L. Ribeiro e Günter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FANNI, Silvana O. Cataguases no Século XIX. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1., 2005, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: CES; UFJF, 2005.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

GEOMINAS. **Base de Dados do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006. (Apresenta dados relativos a Hidrografia, Solos, Vegetação, Sedes Municipais, Distritos, Localidades etc).

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 7-36, jun. 1986.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. p. 364-412. v.2, t.2.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Campinas: UNICAMP; Brasília: CNPq, 1988.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX: novas evidências. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**: estudo de uma Região, a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MULS, Nair Costa. A Formação da Estrutura Agrária Mineira e a Gênese do Campesinato. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 5, n.3, p. 94-109, set./dez. 1990.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M. A. A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Permutas Matrimoniais: reflexões sobre o comportamento sócio-econômico de uma elite agrária. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p.132-144, jul./dez. 2004.

_____. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Guido Pokrane, o Imperador do Rio Doce. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2005.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. **Revista Científica da Faminas**, Muriaé, v. 1, n. 2, p. 1-21, mai./ago. 2005.

_____. Região e Regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 1-13, jan./jul. 2006.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.9, p.189-230, 1962.

PIRES, Anderson José. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura em Juiz de Fora em 1870/1929**. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Café, Finanças e Bancos**: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do Governador Dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

RUSSEL WOOD, A. J. R. O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, São Paulo, v.55, n.28, p.25-80, 1977.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870 - 1900. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

SILVA, Marilda Santana da. **Poderes Locais em Minas Gerais Setecentista**: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808). 361 f. 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan./mar.1951.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

VI - ANEXO

Figura 4 - Entradas nos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro

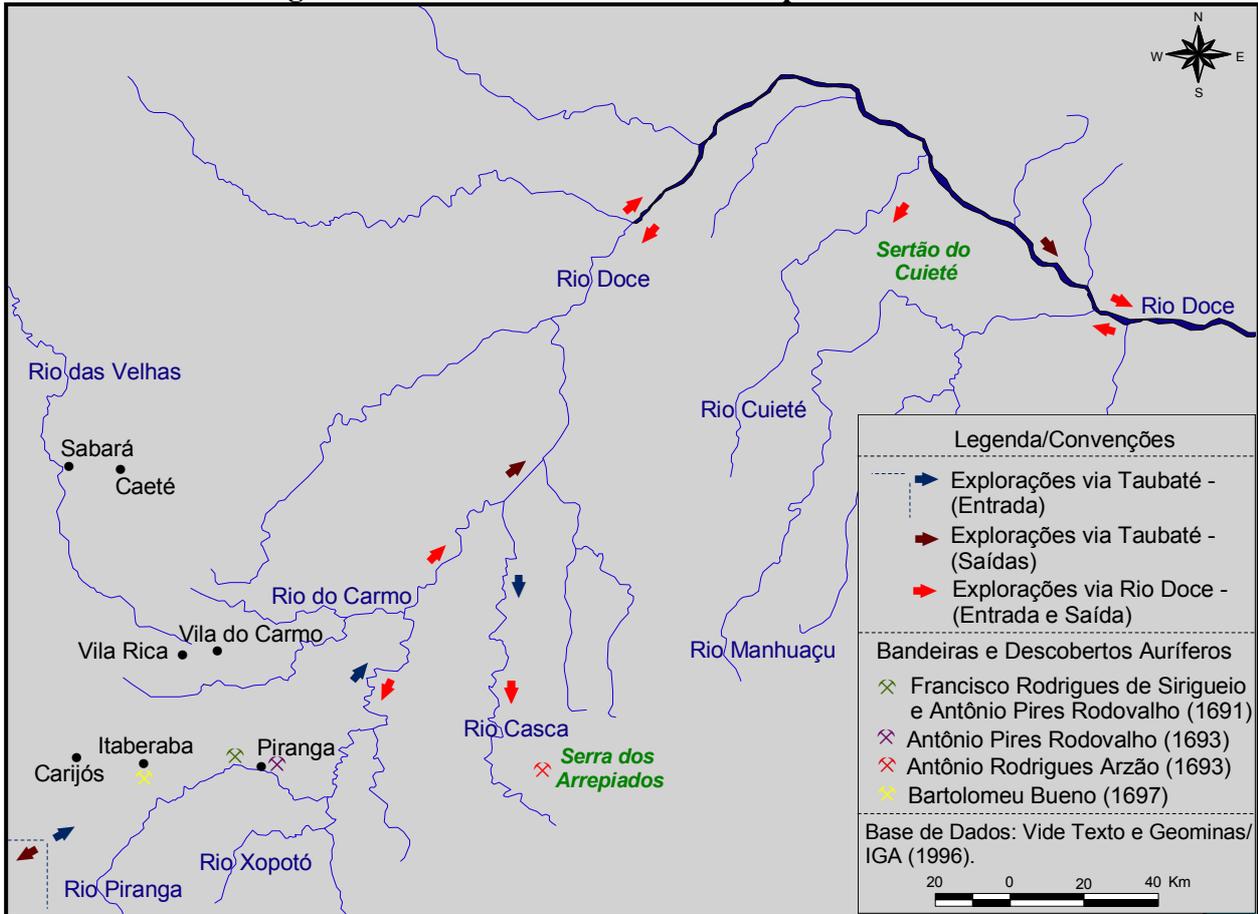


Figura 5 - Povoados nos Vales dos Rios Pomba e Piranga (Meados do Século XVIII)

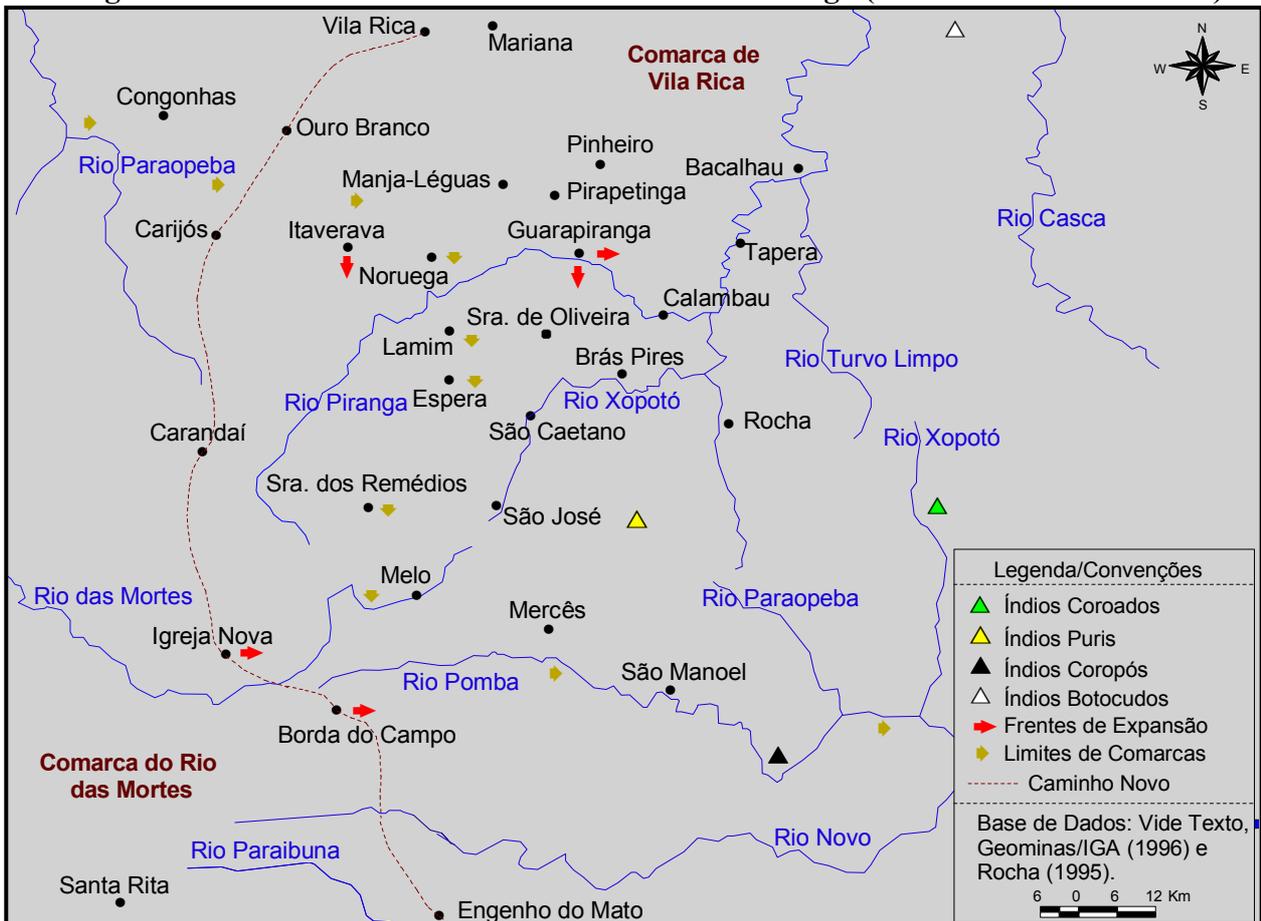


Figura 6 – Fazenda São Lourenço²⁸



²⁸ Localizada nos arredores do antigo distrito denominado Aplicação da Espera (hoje Rio Espera). Pertenceu a Joaquim Felipe Francisco durante parte do século XVIII. Fonte: Patrício A. S. Carneiro. 2008.

Figura 7 - Fazenda Bananeiras²⁹



²⁹ Localizada nos arredores do antigo distrito denominado Calambau (hoje Presidente Bernardes). Pertenceu à família Alvarez Ferreira já durante o século XVIII. Em 1805, o Capitão Antônio Alvarez Ferreira, proprietário da fazenda, foi avençado em 93\$000 réis no dízimo. Em 1828, o Tenente José Martins Ferreira pagou 68\$400 réis, referentes à sua produção de 150 arrobas de café da fazenda Bananeiras (Arquivo Nacional. Casa dos Contos. Livro 278. Filme 29. Fotograma 0633. Registro 97; Arquivo Nacional. Casa dos Contos. Livro 3047. Filme 174. Fotograma 0289. Registro 28). Fonte: Patrício A. S. Carneiro. 2008.